



Revista Design em Foco
Universidade do Estado da Bahia
designemfoco@uneb.br
ISSN (Versión impresa): 1807-3778
BRASIL

2005
Tony Fry
CONTRA UMA TEORIA ESSENCIALISTA DE NECESSIDADE: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES PARA A TEORIA DO DESIGN
Revista Design em Foco, janeiro-junho, año/vol. II, número 001
Universidade do Estado da Bahia
Salvador, Brasil
pp. 63-77

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Universidad Autónoma del Estado de México

reDalyC
LA MEMORIA CIENTÍFICA EN LÍNEA
<http://redalyc.uaemex.mx>

Contra uma teoria essencialista de necessidade: algumas considerações para a teoria do design*

Against an essentialist theory of need: some considerations for design theory

*Artigo originalmente publicado em inglês na revista *Design Issues*, edição de Primavera, 1992, revisado e ampliado pelo autor em seu livro *Remakings: Ecology, Design, Philosophy*, editora Envirobook: Sidney, 1994. Inédito no Brasil, o trabalho foi gentilmente cedido pelo autor para publicação em português nesta edição da Revista Design em Foco. Tradução: Ângelo Oliveira Miranda. Revisão Técnica: Paulo Fernando de Almeida Souza.

Sobre o autor:

Tony Fry

PhD em Design e Estudos de Cultura pela Universidade de Birmingham. Atuou como professor adjunto na Faculdade de Design, Arquitetura e Construções da Universidade de Tecnologia de Sidney (University of Technology, Sydney). Lecionou design e teoria cultural na Inglaterra, Estados Unidos, Hong Kong e Austrália. É diretor da empresa australiana Team D/E/S e fundador da EcoDesign Foundation. É autor de cinco livros, com destaque para: *A New Design Philosophy: An Introduction to Defuturing*, de 1999; e *Remaking: Ecology, Design, Philosophy*, de 1994.

O Ecodesign não pode refazer algo simplesmente por meio de um ajuste tecnológico, i.e. *technofix*. O ato de criar produtos ambientalmente “limpos”, processos ou espaços, por exemplo, não consiste na prospecção de uma solução “limpa”, unicamente se descartando o que está atualmente em voga, o que não resulta em mudança material de fato. O que está em questão aqui é que nós devemos nos libertar das “necessidades” que nos prendem a produtos e “estilos de vida” que produzem danos ambientais. Sem cair na racionalização de desejos gerados pelo marketing (e para o mercado), a necessidade em si deve ser entendida como parte integrante da esfera do re-design. Por sua vez, isto exige que a própria “necessidade” seja melhor compreendida.

Necessidade é algo que nós temos, que é parte do nosso ser vivente no mundo. A necessidade chega até nós de fora para dentro, mais do que de dentro para fora. Ela nos é dada como uma demanda do meio cultural em que nascemos e crescemos (cultura aqui é evocada em um sentido orgânico e antropológico). O Design molda muito do mundo que moldamos e que, por sua vez, nos molda. Nosso ser, o mundo do nosso ser, necessidade e design, todos precisam ser considerados conjuntamente¹.

Por meio de uma variedade de retóricas, quase todo tipo de prática de design assume, trabalha com ou apela para noções de utilidade e estética de “necessidade” – aquelas necessidades que se dizem próprias de culturas ou sub-culturas específicas. Nós ouvimos falar de “necessidades” de mercado – consumidores, proprietários de imóveis, donas de casa, mulheres em geral, o jovem, o idoso, o dinâmico, os amantes do lazer, os obesos, os executivos, e assim por diante. As empresas de marketing, como principais funções comerciais, criam modos de questionar para discernir estas “necessidades” para seus clientes. Os designers em si, em sua formação e ocupação, adquirem e usam uma gama de conhecimentos assumidos como certos de que trazem em si modelos de “necessidades”. Isto simplesmente quer dizer que os designers parcialmente reproduzem a materialidade e os valores da cultura da qual eles são um produto, assumindo-a, incluindo suas configurações de necessidade, como fundamento para a ação do design.

¹ A base destas notas indica que a abordagem a ser adotada deve-se bastante ao pensamento de Martin Heidegger.

Talvez seja de interesse histórico observar que, à sombra dos movimentos “radicais” de meados dos anos 70, na cena “alternativa”, o “design para a necessidade” se tornou um chamado à ação de uma filosofia de design reformista em particular². Em todos os casos, passados e presentes, a “necessidade” é chamada como se fosse uma referência empírica auto-evidente. Contudo, cada chamada por necessidade co-existe com uma teoria não explícita que a constitui. Meu objetivo aqui é, então, desnaturalizar suposições e apelos acerca da “necessidade”. Ademais, e ainda de uma forma abrangente, há atualmente uma quantidade de imperativos que criam uma demanda para tornar clara a natureza da “necessidade”. Isto geralmente se torna evidente através do modo problemático em que a categoria é freqüentemente evocada, mobilizada e à qual se reage, tanto em discursos culturais quanto econômicos – a própria noção de “design para a necessidade” é em si um exemplo claro disto. Especificamente, para qualquer um interessado em entender o lugar que será assumido pelo design no processo de criação de materialidades futuras, há razões ainda mais contundentes para se re-pensar o que se quer dizer com idéias de “necessidade”. Está implícito aqui o fato de que a “necessidade” é, e cada vez mais será, uma categoria contestada: as “necessidades” ecológicas da vida neste planeta estão claramente em disputa com as práticas culturais e econômicas de muitas das pessoas que o habitam; colocando de uma forma mais simples, as “necessidades” do mundo dos pobres não são as mesmas dos abastados. Por exemplo, as doenças da abundância e da pobreza não se igualam.

² O “Design para a Necessidade” foi, de fato, uma reforma do design funcionalista, iniciado a partir de meados dos anos 70 – “o Design deve-se tornar uma ferramenta inovadora, altamente criativa e interdisciplinar reagente às verdadeiras necessidades do homem” – Victor Papanek, *Design for the Real World*, St Albans: Granta Publishing, 1974, p. 10; ver também os anais do simpósio sobre o tema, realizado no Royal College of Art, Londres, em 1979 – Julian Bicknell e Liz McQuiston (eds.) *“Design for need: the social contribution of Design”*, Oxford: Pergamon Press, 1976.

Se nós continuarmos a tratar a “necessidade” como se ela fosse um valor imutável e universal, que está disponível para ser quantificado e apelado de uma maneira simplista, então certamente não lograremos em conseguir reconhecer e direcionar os problemas mais graves da humanidade. Para as pessoas nas sociedades industriais avançadas uma coisa é bem clara – **caso não re-examinemos o que realmente “necessitamos”, nós iremos desejar e planejar, para nós mesmos e para outros, a morte.** Pelo que muitos de nós consideram ser o significado dos termos “nós mesmos” e “outros”, “necessidade” é, em verdade, uma negação dos nossos meios de sobrevivência.

Conseguir distinguir as necessidades boas (suporte para a vida) das ruins (destruição da vida) não deveria ser considerado apenas uma preocupação moral, mas principalmente, um imperativo ecológico. Levando este argumento em consideração, o bom *versus* o ruim não se baseia em um apelo para um sistema de julgamento cultural socialmente construído, mas sim em uma projeção de impactos biofísicos sobre a biosfera que irão aumentar ou diminuir a capacidade de sustentar vida, toda a vida, em sua sobrevivência.

Neste esquema, ao passo que a referência do gerado-pelo-humano não é apenas centrado-no-humano, a base de análise aqui, então, passa a ser aquela em que tudo é feito de forma a assegurar ao “ser” um modo pelo qual todas as diferenças do “ser” sejam possíveis. Deve-se observar também que um movimento ontológico de importância ocorre quando o foco da “necessidade” se altera do sujeito moderno da cultura industrial recente para preocupações ambientais. Em tal movimento, a “necessidade” é deslocada saindo

do eixo da “necessidade” do ser humano para a “necessidade” da vida em si.

Tornar a necessidade visível, arrancando-a do sentido e do não-examinado, obviamente, não é uma tarefa fácil, e envolve uma atividade de desconstrução – a desconstrução essencial para a reconstrução.

Para começar, há também um número de problemas específicos advindos do uso do conceito de “necessidade” que precisam ser denominados e explorados. Adicionalmente, deveríamos questionar a base de qualquer forma de avaliação e a maneira em que ela se assenta sobre algum tipo de comparação entre a percepção da “necessidade” e a medida da solução técnica, científica, social ou de design. Neste sentido, as “soluções” são empregadas para atuar funcionalmente e retoricamente como evidência que permite a afirmação de que uma “necessidade” designada (expressa por meio de um “querer” ou como uma percepção de uma exigência não-realizada) foi satisfeita. Afirmações deste tipo, todavia, não deveriam ser feitas pelo valor percebido, não simplesmente em termos da resolução de “necessidade”, mas também em relação ao grau no qual uma consciência de construção de “necessidade” é ou não, mostrada. Além disso, as “soluções” devem ser vistas de forma ainda mais infundada e fabricada do que a “necessidade”. Percebe-se que uma solução, para ser realmente uma solução, precisa ser medida em oposição a uma avaliação de uma necessidade que seja estabelecida como uma necessidade real.



Passando para uma consideração sobre o design – qualquer afirmação acerca da qualidade do design traz em si uma exigência implícita de que uma resolução de padrões estéticos ou funcionais previamente assumidos, ou especificados, seja cumprida pelo design. Deduz-se que qualidade e padrões chegam a nossa esfera de percepção tendo uma relação particular, visto que ambas as concepções foram historicamente unidas, como criadoras de normas, que declaram evidência de uma satisfação planejada de “necessidades”. A implicação aqui, logo, é a de que enquanto o *status* norteador da “necessidade” se desloca, assim o fazem todas as suas categorias dependentes.

Este artigo não tem um ponto de partida natural. Nenhum único discurso tem a autoridade total para explicar a “necessidade”, embora discursos específicos (antropologia, economia, filosofia, psicologia, história, etc.) constituam de fato, por meio de suas próprias teorias sobre a mente, psique, ser, saber, eu, sujeito, troca, sociedade e cultura, modelos particulares a seu respeito. Todavia, a “necessidade” não pode ser vista de modo viável, sob uma perspectiva, como um objeto único. Ela é em si não-discreta, sangra-se em muitas outras categorias – demandas, necessidade, desejo, querer, pobreza, e assim sucessivamente. Buscar uma essência de necessidade é, então, sair em uma jornada diminutiva que não terá fim. Narrativas freqüentemente não tomam para si a autoridade, ou expressam a vulnerabilidade para a forma em que outras

narrativas constituem a necessidade. Consideremos, a título de exemplo, as relações entre, ou a forma na qual a “necessidade” de satisfação sexual é vista, por exemplo, na biologia, na sociologia e na psicanálise. A única, e geralmente desarticulada meta-narrativa de “necessidade” é aquela de assegurar a “necessidade” de ser.

Todos os problemas do pensamento metafísico se manifestam através das várias maneiras que pensamos sobre “necessidade”. Evocar a “necessidade” é racionalizar uma condição ontológica – a existência ou iminência de um vazio, sentido ou não – que nada mais é, por sua vez, do que um exemplo da disjunção entre: saber e ser; descrição e o que é descrito. Por exemplo, uma formação sujeito/subjetivista antropocêntrica de “necessidade” configura-a como genérica à espécie humana ou individualiza-a como “minha” – um requisito de um eu em particular. Enquanto, por outro lado, a “necessidade” é desnaturalizada, tratada como uma entidade concreta, e feita objeto/objetivada como um requisito funcional de um sistema biológico, conceitual, social ou econômico. De qualquer modo, o ato de denominação e a subsequente identificação daquilo a que o nome se refere, não se preenchem completamente. A “necessidade”, então, assenta-se na criação de fundamentos que a confirmam e a si mesmos. Expor o modo como o caráter auto-confirmatório da tradição metafísica tem sido inscrito em si mesmo (as suposições levadas pelo modo em que o conhecimento ocidental moderno tem escrito sobre si próprio enquanto saber), com suas alegações transcendentais, tem crescentemente se tornado a base para o seu questionamento e até mesmo para diminuir a sua autoridade – especialmente nas suas alegações ao tentar produzir verdades. Os problemas desta tradição, então, podem ser explorados, de uma forma geral ou por meio de quaisquer exemplos em particular (como a “necessidade”), ao tratar dos conhecimentos que são transmitidos como construções do que eles descrevem, na mesma medida em que eles são descobertos.

Por meio de uma abordagem sentimental, a “necessidade” deve ser reconhecida como uma razão externa observável. Ela é inseparável do Ser que sente (e fica assim aberta a questionamento como uma condição ontológica). Uma grande parte da tentativa de compreender a “necessidade” é que ela apenas pode ser percebida pela ciência como uma projeção *apriori* (uma teoria), ou como uma ausência de leitura, e só pode ser identificada pela reificação de uma abstração gerada pelo conhecimento, e isso através da concretização de um sinal sintomático – fome, pobreza, abrigo, segurança são vistos como “necessidades” por meio de um ato interpretativo. Isto serve para dizer que, apesar de se freqüentemente objetivar sua reificação, não há uma correspondência necessária entre as “necessidades” reais e as representações das “necessidades”. Elas podem até coincidir, mas condição e descrição não podem ser consideradas como uma coisa só. Assim, a “necessidade” está sempre perto, mas sempre longe, e a distância é sempre mantida pela lacuna entre o que vivenciamos e como o articulamos.

Mesmo após esta introdução rápida, já deveria ser visível que interrogar de modo pleno o que é “necessidade” seria uma tarefa

considerável. Especialmente se a formação de modos apropriados de pensar a “necessidade” é generalizada em um direcionamento para os complexos e extraordinariamente diversos requisitos da atual época histórica pluralmente construída. Sob esta luz, o objetivo aqui é bastante modesto. Em princípio, registram-se alguns dos modos em que a “necessidade” tem sido explorada por meio de uma pequena seleção de diferentes, mas influentes, teóricos culturais contemporâneos e, em seguida, destacam-se os problemas de proposição de questões na avaliação do design, com base no encontro da “necessidade”, mais evidente.

Pela exposição em andamento, e com observações *en route*, a “necessidade”, enquanto uma figura cultural mobilizada e à qual se apela, pode ser mostrada como sendo:

- um conceito extremamente importante, geralmente, e para os interesses do design, para ser melhor compreendido no âmbito dos seus exercícios de razão prática;
- uma categoria que nunca pode ser neutralmente ou objetivamente aplicada, por sempre haver algo em questão na percepção de sua presença (que é o seu ser tornado conhecido no momento presente);
- uma abstração que está implicada nas mudanças fundamentais que fluem a partir da crítica contemporânea, e do inevitável envolvimento crítico, de pensamento Iluminista (em particular, a crítica da razão, visto que esta foi constituída pela tradição metafísica).

Para apresentar o caso, mostrarei o que segue:

- a multiplicidade e a complexidade da “necessidade”;
- os perigos de vê-la de uma maneira simplista;
- por que é importante visualizar a “necessidade” sempre em uma condição material variável, limitada por diferentes registros éticos.

Qualquer aplicação, reflexiva ou diretiva, do conhecimento de design que realmente vá ao encontro da “necessidade”, que vá além de um planejamento acrítico, deve se tornar consciente da sua própria agência enquanto reativo em direção a, ou gerativo de formações específicas de “necessidade”. O fazer da “necessidade” sentida (a qual pode ser igualmente o que se sente como “materialmente e circunstancialmente real”, ou como a realidade verdadeira do “real imaginado”) legível é uma ausência na história e teoria da cultura e do design. Esta ausência, como será mostrado, delimita uma compreensão do campo de percepção de toda a atividade do design durante o alvorecer da cultura industrial. Ela também registra a falta e a necessidade de uma teorização ontológica de design e manufatura.


A falha mostrada acima em expor um senso de necessidade é, em si, inseparável da lógica interna da cultura tecnocrática como sendo uma negação do Ser individual (a “necessidade” foi assim separada do Ser e, então, rerepresentada à individualidade como uma faceta da subjetividade manufaturada, que é capaz de ser satisfeita pelo

mercado). A questão novamente retorna ao fato de que as necessidades de uma condição existencial do Ser, e as necessidades que são trazidas a este estado do Ser, podem necessariamente não apenas não corresponder, mas as primeiras podem também ser perdidas para o sentimento de ser. Ficarà então aparente que, o caminho da **“necessidade” do Ser**, para **Ser de forma a “necessitar”**, marca tanto a transição da cultura para uma economia política quanto do Eu para o sujeito. A mudança de lugar e recolocação da “necessidade” pelo mercado, como indicado pela transição mencionada, ocorreu concomitantemente com a elevação do sujeito individual a ser denominado “o consumidor”. Paradoxalmente, a própria chegada do desejo (como a recente utopia do consumidor vista na Europa Oriental indica), ou a **liberdade**, como uma indulgência para as necessidades ideais fabricadas pelo mercado, marca a perda da **soberania** do Eu. Isto não é equivalente a dizer que o mercado vai ao encontro das necessidades “reais reais” – mais uma vez voltamos ao problema de distinção.

Similarmente, todas essas alegações no sentido de uma dinâmica de processo evolutivo, chamado de modernidade, desenvolvimento ou progresso, têm, em sua maioria, falhado em reconhecer a extensão na qual tais delimitações e teorias da história evidenciam uma sobreposição e um deslocamento estrutural de “necessidades” contingentes. Em outras palavras, nas formações pragmáticas e conjunturais das pessoas, e suas reações, a “necessidade” (a qual é uma necessidade de suporte à vida e subordinação ao mercado mais do que uma necessidade apenas a serviço da expansão econômica) é diminuída, enquanto noções dadas e, de modo geral, comercialmente projetadas de “necessidade”, freqüentemente por meio do design, são avançadas.


Claramente a questão não é a da liberdade em relação ao sistema de mercado, para o que nós temos apenas uma escolha, mas principalmente a natureza do mercado como fabricante da “necessidade”. Isto não está em cena por conta de um jogo complexo ou cruel de imagens, mas por causa do próprio tecido material das nossas condições de ser e tornar-se. O que especificamente e geralmente fica evidente no movimento observado é que a cultura para nós é crescentemente uma fabricação sintética. A implicação para a compreensão da “necessidade” é que ela não apenas se afasta da biologia, mas também da cultura, enquanto sociedade e comunidade. A vida individual, atomizada no mundo da vida doméstica ou da aposentadoria, por exemplo, tem sido construída para se tornar um domínio importante da configuração de “necessidade”. Isto tem enfraquecido a coesão social. A cultura, então, está cada vez mais se tornando um produto manufaturado advindo da chegada de um pós-progresso artificial, porém, nossa sobrevivência exige um algo mais, que faça algum tipo de mediação com “o natural”. Escrito em letras grandes, tal observação é inseparável daquelas visões de mundo que reconhecem forças de vida no Ser, em última instância, como sempre estando dependente da organicidade entre vida/objeto de um ecossistema – a natureza da natureza, a natureza do mercado e a natureza da “necessidade”

artificial a sustentar uma ao outra. *Nós fomos feitos para “necessitar” de todas elas.*



O progresso agora é claramente visível como um modelo direcional errôneo e ilusório da história. Com o incremento da cultura industrial este modelo proclamou um poder cada vez maior de superar a natureza. Tal transcendência pode ser encontrada permeando quase todas as narrativas e ideologias de emancipação humana. O Humanismo, enquanto ciência e cultura, viajou com o sempre renovável esquema de junção entre sujeito e mundo perfeitos. Ele transpirava, contudo, que para uma viagem até o lugar iluminado no fim do túnel, a linha errada (de produção / de trem?) tinha sido unida! A tradição metafísica da cultura Ocidental, por ter sido baseada no Clássico, tem sido o meio primordial de formação tanto da direção quanto do transporte. Esta tradição se manifestou como modos de pensamento para guiar um caminho de progresso, para chegar além da violência do humano, como natureza, contra a natureza não-humana e em direção a uma lógica de ação que objetivava uma liberdade idealizada com relação à natureza. A natureza foi rotulada como o “outro” alienígena a ser transcendido, subjugado e dominado. Portanto, reside aqui um erro-chave do Iluminismo – o erro de mau-reconhecimento, mau-uso e má-localização. Superar a natureza se uniu a uma teoria e prática produtivista.

Immanuel Kant, por exemplo, apresentou a própria violência como uma força propulsora da produtividade, o instrumento transcendental da “astúcia da natureza”, que levou a humanidade para fora da natureza e para dentro de si mesma, como se fosse uma natureza acima da *natureza*. A tradição Ocidental, o solo sobre o qual a noção de humanidade foi quase literalmente construída e onde permanece como civilização moderna, cresceu a partir da perspectiva antropocêntrica produtivista, que se centrava no “homem” – enquanto espécie e gênero. Esta centralização tem cada vez mais se mostrado como um erro grave na formação da “humanidade”, evidente enquanto defeito em sua/nossa forma de percepção e ação. Os efeitos desta falha têm sido tão marcantes que “nossa” capacidade de dar suporte à vida tem sido dramaticamente reduzida.



Da forma mais simples, estamos no limite do abuso ecológico, que é geralmente apresentado como a destruição da “natureza”. A não ser que este seja revertido, ele ameaça a nossa própria sobrevivência e as “necessidades” que se afirmaram como básicas para a humanidade, e, desta forma, sobrepujaram suas “necessidades” **contingentes**. Isto é, “necessidades” que foram uma criação humana, baseadas na tomada da natureza, negadas de uma ontologia contingente para viver com a natureza, tanto elemental quanto custodial (um ser com “natureza” ainda evidente em algumas culturas não-Ocidentais). O problema aqui foi que a partir do momento em que culturas de poder se tornaram alienadas da natureza, uma materialidade de “necessidade” foi feita imanente ao invés de real. Mais do que a “necessidade” a ser correspondida, como existente, ela teve que ser antecipada e lidada de modo pré-figurativo, porque

deveria chegar como uma conseqüência, um efeito do progresso às custas da “natureza”. No movimento pré-histórico em direção à busca da dominação da natureza, qualquer compreensão de “necessidade”, como uma reflexão crítica, não era, é claro, possível. Além deste momento ser aquele em que houve um movimento de afastamento da “necessidade” ontológica de ser auto-evidente, ele também foi o momento que iria levar ao produtivismo, criando as fundações daquelas regras e conhecimentos que governariam a subida da tecnologia, design, lei e educação.

Para fazer um salto histórico – nós podemos agora reconhecer que na criação, denominação e realização da nossa “necessidade”, na chegada da modernidade cultural e econômica, as “necessidades” reais para a sustentação da vida foram tão freqüentemente obscurecidas, ignoradas e negligenciadas.

Aqui neste breve esboço está o contexto que faz referência a textos de William Leiss, Jean Baudrillard, e Edmond Preteceille e Jean-Pierre Terrail. Estes textos serão usados para aguçar o foco crítico no tópico.

“Necessidade” de Leitura

Uma investigação da “necessidade” humana presume a possibilidade de descobrimento do metabolismo de uma antropologia econômica, de intercâmbio social e cultural, no qual a “necessidade” é formada. Isto não presume uma sociedade de sujeitos sociais individuais. A “necessidade”, em primeira instância, é característica de uma condição ontológica da objetividade do sujeito humano – ela é a realização do que é vital para que se possa “ser”. É, assim, essencial que certas “necessidades” sejam satisfeitas para que qualquer ser proclame uma “necessidade”.

Tornarmo-nos o que somos, ou o que poderíamos ser, resulta da satisfação de demandas passadas, presentes e futuras. A condição de Ser, em outras palavras, é criada e re-criada para e a partir dos meios pelos quais nós sustentamos o que somos. Para ecoar o que já foi dito, mas para fazer também um destaque adicional, consideremos a relação dinâmica do nosso fazer da natureza do mundo, que faz a nossa própria natureza de fazer o mundo. Esta relação dinâmica, por implicação, coloca a “necessidade” como uma crescente relação de ser casual, estando entre um ser **do** mundo e um ser **no** mundo.

Ao longo dos três textos a serem comentados, há uma tensão entre várias formações epistemológicas de “necessidade” e compreensões ontológicas. A questão é que **diferentes teorias do conhecimento irão constituir noções de “necessidade” diferentemente.** Nós não podemos apelar para a “necessidade” como um objeto de referência comum, enquanto, ao mesmo tempo, reconhecemos que, além da diferença, o nosso Ser só pode se concretizar por meio da satisfação de certas “necessidades” – as quais, como será discutido, não podem simplesmente ser consideradas primordiais, porque aquilo que eventualmente se torna essencial pode ter percebido de forma secundária; por exemplo: o biológico e o social se fundem e se regulam mutuamente.

William Leiss, no livro *Os Limites da Satisfação*, com primeira edição em 1976, buscou examinar a formação das “necessidades” humanas no “contexto do mercado de alta intensidade” da experiência do dia-a-dia moderno em economias avançadas³. Ele fez isto com o reconhecimento de que este ambiente artificialmente construído é a nossa condição natural(izada) de existência. Isto é, nós não mais podemos apelar à natureza como a base de determinação da “necessidade”. Ecoando o ponto de vista do antropólogo econômico Marshall Sahlins, o argumento de Leiss é procedente na premissa de que “o sistema de necessidades” (um termo de Hegel) é para nós sempre relativo e não mais caracterizado por uma necessidade “natural”⁴. A utilidade, enquanto permanece vinculada a uma antropologia econômica, foi, desta forma, separada do bio-físico e re-delimitada no campo do simbólico. Isto não é para dizer que, para nós, o bio-físico deixou de existir, porém, que nós não podemos encontrá-lo a não ser por meio do prisma das construções culturais. O mundo é indubitavelmente mais do que um texto, mas nossa tradição dominante de formação, a modernidade cultural, lançou-nos em uma condição na qual nós só podemos conhecê-lo por meio destes textos que nós criamos para denominar ou conhecer (arte, ciência, razão, natureza, etc.) o que nós cremos ser o nosso mundo interior ou exterior.

Leiss examina as “necessidades” de nossa vida generalizada no mundo, como uma fabricação individual e social, nas circunstâncias específicas da sociedade de consumo moderna. Assim, ele mostra a natureza artificial na qual nossas vidas são decretadas como o mundo de *commodities* da sociedade de consumo. As ‘necessidades’ e as *commodities* são, logo, consideradas como inorganicamente interdependentes – ambas possuem uma vida artificial própria. Ao mesmo tempo, ele está ciente das condições produzidas por esta situação como um domínio das novas, e urgentes, “necessidades” criadas pelos danos provocados ao ecossistema, causados pelo sistema de trocas no seu curso de produção, consumo e interação simbólica (os quais são igualmente figurações textuais – ecologia, meio ambiente, poluição, etc.). Leiss é motivado em sua tarefa pela visão de que, a menos que uma figuração de “necessidade” ecológica contingente seja feita para substituir a formação de “necessidade” criada pelo mercado, “ocorrerá uma crise ambiental gravíssima no futuro”⁵. Nós estamos, certamente, muito mais próximos desta crise do que quando Leiss escreveu estas palavras em meados dos anos 70. Ela não é mais uma crise esperada, mas, sim, uma que já se iniciou.

³ William Leiss, *The Limits to Satisfaction: On Needs and Commodities*, Londres: Marion Boyers Ltd, 1978 (ed. rev.). Re-publicada com revisões em 1990.

⁴ Marshall Sahlins, *Culture and Practical Reason*, Chicago: Chicago University Press, 1976.

⁵ Leiss, 1978, p. 80.

⁶ Ibid, p. 59-81.

Sem fazermos uma completa referência contextual da visão de Leiss sobre “necessidade”, faz-se necessário um esboço dos pontos principais da sua exposição sobre “necessidade” em alguns detalhes a mais⁶.

Na apresentação da “necessidade” como algo desnaturalizado pela cultura, quer dizer, removida de uma natureza e reconstituída em outra, Leiss efetivamente desabilita a prospecção de um apelo em ver a sua projeção como auto-evidente (percebendo a “necessidade” como algo imaginado). Além disto, este movimento conspira com

sua recusa em decretar uma divisão biológica/física *versus* uma divisão sócio/cultural da “necessidade”. Isto, por sua vez, é uma rejeição daquelas teorias de “necessidade” que se apóiam em uma separação entre “necessidades” primárias (básicas) e secundárias (derivadas)⁷.

O seu argumento o leva a concluir que “o sistema humano de ‘necessidades’ em todas as culturas é uma unidade indissolúvel de correlatos materiais e simbólicos”⁸. Também, Leiss apóia aqueles pontos de vista que proclamam que não são as ‘necessidades’ que diretamente enfatizam o comportamento humano, mas sim o valor (como a medida de “padrões de prioridade”), pois é o valor que postula “necessidade”⁹. Segue-se, em apoio a uma análise relativista, que nem “necessidades” nem desejos podem ser fundamentados objetivamente; é como se inseridos em uma “matriz anistórica” defendida por uma alegação racionalista de fatos empíricos independentes, que podem expor a realidade¹⁰. Também não são observáveis como “comportamento autêntico” ou como “condições reais verificáveis”. As sociedades energizadas por *commodities* de produção/consumo, no que diz respeito às “necessidades”, possuem (e neste ponto Leiss concorda com Herbert Marcuse) valores de “necessidade” socialmente firmados, pelos quais o falso (não essencial) se tornou profundamente sentido e, assim, no que diz respeito ao sujeito em “necessidade”, verdadeiro (essencial). Pelo que foi dito até então, segue que toda teoria de valor, como toda teoria de conhecimento, produzirá uma modalidade diferente de uma forma de “necessidade”.

⁷ As necessidades secundárias incluiriam tudo que pudesse ser classificado como o qualitativo e cultural.

⁸ Leiss, 1978, p. 74.

⁹ “O julgamento das necessidades e sua satisfação, sob dadas condições, envolve padrões de prioridade”. Ver Herbert Marcuse, *One Dimensional Man*, Londres: Sphere Books, 1972, p.19.

¹⁰ Sobre a avaliação da objetividade, ver Richard Bernstein *Beyond Objectivism and Relativism*, Oxford: Blackwell, 1983.

¹¹ Leiss, 1978, p. 73.

¹² Homeostase – “um estado de equilíbrio dinâmico no qual um organismo responde continuamente a estímulos internos e externos e busca equilibrá-los dentro de certos parâmetros”. Ibid, p. 78.

O argumento apresentado por Leiss diretamente leva em consideração o que ele caracteriza como a supressão da dimensão qualitativa de “necessidades”, que é o desejado dentro da cultura de *commodities*¹¹. Esta perspectiva o leva ao reconhecimento de que é impossível distinguir entre “necessidades” e desejos em uma cultura que controla os desejos, por meio do design do desejo, e então oferece uma resposta de mercado a estes desejos criados como se eles fossem “necessidades” naturais. Em outras palavras, a tela de mediação entre nós e a “necessidade” é tudo o que há entre nós e ela, e ela é tão espessa com o material das marcas de inscrição que o autêntico não é visível, não tem aparência.

O traço relativista de Leiss achata as alegações do positivismo, enquanto um “método científico”, que diz ter a habilidade de expor e explorar o real, de ser capaz de identificar as “necessidades” verdadeiras das falsas objetivamente. Não apenas a fabricação da “necessidade” pode ser demonstrada, como também o podem estas categorias para as quais a evidência é colocada à frente da confirmação. Ao mesmo tempo, ele evoca uma condição empírica, uma condição que “empenha-se em busca da homeostase”, a qual ele descreve como o contexto ecológico das nossas “necessidades”¹². Efetivamente, Leiss descentraliza de nós a “necessidade” e a re-centraliza dentro do sistema no qual nós somos orgânicos.

Tal deslocamento afirma que:

... há uma exigência atualmente para que se abandone uma estrutura antropocêntrica estreita e se desenvolva uma abordagem compreensiva, que busque modos específicos de se ajustar as demandas humanas aos requisitos gerais das outras formas de vida na biosfera¹³.

O que Leiss tem a dizer aqui precede no tempo as afirmações semelhantes vindas da teoria ecológica profunda recente¹⁴.

Enquanto os argumentos que Leiss apresenta sobre “necessidade” são importantes, eles são também enfraquecidos por um número de negações contraditórias. Por exemplo: ele reconhece a importância dos desejos, enquanto estes se “coagulam” na forma de “necessidades” por meio dos processos de socialização (incluindo a propaganda), entretanto, não tem um reconhecimento total da manufatura do desejo criado na cultura de *commodities*¹⁵; ele proclama o holístico, o ecossistema, como fatores que se sobrepõem enquanto ainda estiverem operando com oposições binárias não-orgânicas; e ele quantifica a importância da cultura e reconhece o simbólico, mas, como Marx, a quem ele critica por não abordar a questão com maior profundidade, falha em dar o peso total de seu poder. Embora não seja difícil encontrar pontos que trazem reservas nas opiniões de Leiss, ele conseguiu construir argumentos de importância primordial.

Jean Baudrillard, ao escrever sobre *A Gênese Ideológica das “Necessidades”*, uma década antes de *Os Limites da Satisfação*, consegue aprofundar o argumento aqui sendo discutido em um grande número de aspectos¹⁶. Ademais, o seu texto (encontrado em *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo* – como citado abaixo) também ajuda a fornecer referências úteis de formas de antropologia inocente.

Para Baudrillard, “o homem não mais sabe o que quer”, o que é uma outra forma de dizer o que já foi dito aqui – a “necessidade” e o ser se tornaram separados do domínio dos conhecimentos auto-evidentes¹⁷. Não é que as “necessidades” básicas ou primárias não existam, mas o fato é que elas nem sempre podem ser distinguidas de qualquer outra. Isto não apenas por não haver nenhum sujeito, como essência, extra à formação social – o que não quer dizer que não haja um eu essencial. Com esta base, frequentemente segue-se que “necessidades” bio-materiais e simbólico-imateriais não podem ser esclarecidas. Frequentemente, algo considerado vital chega à tona por meio da socialização e é a partir deste ponto que passa a ser declarado como essencial. A própria declaração de tal necessidade proclama a compreensão cultural, ideológica e econômica na qual a “necessidade” é assentada. Baudrillard escreve:

O limiar da sobrevivência nunca é determinado a partir de baixo, mas a partir de cima... é impossível isolar um estágio abstrato de pobreza “natural” ou determinar de forma absoluta “o que o homem necessita para sobreviver”.¹⁸

¹³ Ibid, p. 123.

¹⁴ Esta teoria é qualificada sobre uma crítica radical ao antropocentrismo. O filósofo norueguês Arne Naess é talvez o melhor porta-voz para a ecologia profunda (ver, por exemplo, *Ecology, Community and Lifestyle*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

¹⁵ Leiss, 1978, p. 61.

¹⁶ Primeiramente publicado em francês, em 1972, e em inglês como *For a Critique of the Political Economy of the Sign*, St Louis; Telos Press, 1981.

¹⁷ Ibid, p. 80.

¹⁸ Ibid, p. 81.

Esta afirmação lida com a sobrevivência enquanto determinante sócio-política de “necessidade”, ao invés das supradeterminadas, mas intervenientes, qualidades biofísicas do planeta. Ela nos leva a um reconhecimento de que a perda da habilidade de sobrevivência nem sempre pode ser reduzida à perda de bases materiais racionalizadas, mas sim ao desaparecimento daquelas forças irracionais que postulam a vida com sua significância espiritual/cultural – que é representativa. Ver a sobrevivência apenas em termos reduzidos abio-materiais essenciais (“necessidades” primárias) é, de qualquer modo, o resultado do produtivismo do pensamento metafísico. “Nem só de pão vive o homem” – a vida, ao longo de um vasto intervalo de tempo, tem sido expressa em uma miríade de ensinamentos filosóficos e teológicos como algo absolutamente sem sentido se tão diminuída.

As “necessidades” - tais como são - não mais podem ser adequadamente definidas em termos da tese naturalista/idealista – como ardentes desejos, inatos, instintivos, espontâneos, ou potencialidade antropológica. Mais que isso, elas são melhor definidas como **funções** induzidas (no indivíduo) pela lógica interna do sistema. Mais precisamente, não como uma **força consumidora** liberada pela sociedade afluenta, mas como **força produtiva** requerida para o funcionamento do sistema em si, pelo seu processo de reprodução e sobrevivência. Em outras palavras, só existem “necessidades” porque o sistema “necessita” delas¹⁹.

“O sistema” caracterizável em suas formas co-existente/incipiente, de-composicional e re-composicional (pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade) é, claro, o desigual sistema sócio-cultural e econômico no qual todos nos encontramos, independente de quem sejamos e que tipo de vida no mundo ocupamos, de algum modo, implicados.

O sistema promove destruição, produção e reprodução tanto econômica quanto social, – ele faz e refaz aquilo que ele é, e poderia ser, e destrói aquilo que foi e o que poderia ser “outro”. O sistema de objetos requer que a “necessidade” seja desejada, e, assim, fabrica o desejo, o qual posteriormente ele irá satisfazer como sendo ‘necessidade’ a ser preenchida pela entrega de **commodities**, que “necessitam” ser “necessitadas” – e desta forma, o sistema de função, disfunção e excesso continua, e invade o mundo que nós fazemos, e faz de nós criadores do nosso mundo. O sistema de objetos é um sistema de **commodities**, as quais não podem ser simplesmente reduzidas a objetos de, ou para, o sistema – **commodities** são também formas simbólicas. Como Baudrillard mostrou, assim como uma boa quantidade de trabalhos de antropologia econômica, o sistema não é simplesmente o da criação e troca de objetos – porque todos os objetos e mecanismos de troca tornam-se material e simbólico no âmbito de uma economia de signos, que é a nossa economia.

Isto não implica que todos os objetos ou trocas tenham um significado indexado além da auto-referência – um signo pode ser, e geralmente é, um signo de um signo. Neste contexto, o sistema é um “sistema de necessidades” onde:

¹⁹ Ibid, p. 82.

A única chance que o cidadão moderno pode ter de ver suas necessidades “culturais” satisfeitas reside no fato de que o sistema necessita de suas necessidades, e que o indivíduo não mais se contenta apenas em simplesmente comer.²⁰

Em verdade, o homem realmente nunca fica frente a frente com suas próprias “necessidades”.

A posição de Baudrillard expande a noção de Leiss, da supradeterminação sócio-cultural da “necessidade”, e monta um argumento substancial para mostrar que “uma teoria de ‘necessidades’ não faz sentido”, e, assim, apenas “uma teoria do conceito ideológico de ‘necessidades’ faria qualquer sentido” (em contraste com outras concepções, a ideologia aqui carrega uma conotação daquela que é evidente, como em auto-evidente, mas criticamente não examinada).²¹

Como ambos os autores demonstram saber, suas idéias sobre “necessidade” estão situadas em uma tradição onde ela é questionada. Baudrillard aponta, por exemplo, para a importância do trabalho seminal de Thorstein Veblen, *A Teoria da Classe de Lazer* (EUA 1899), ao registrar a relação entre a criação das categorias de classificação social e as lógicas empregadas para examinar estas categorias (nas quais a “necessidade” poderia ser numerada). O fundamento para um questionamento moderno sobre “necessidade” (mesmo a simbólica), mais uma vez, e sobre a qual tanto Baudrillard quanto Leiss discutem, deve ser encontrada na análise de época do *Capital*, de Karl Marx. Para citar apenas um exemplo:

A produção não apenas provê o material para a necessidade, mas também provê uma necessidade para o material... A necessidade que o consumo sente pelo objeto é criada por sua percepção... A produção não apenas cria um objeto para o sujeito, como também, um sujeito para o objeto.²²

Edmond Precteille e Jean-Pierre Terrail, trabalhando muito mais dentro da ortodoxia de uma tradição Marxista, postulam um outro problema importante para consideração.²³ Eles compartilham uma visão que rejeita a localização da “necessidade” tanto puramente no sujeito quanto na cultura. Contudo, a perspectiva dos autores é fortemente produtivista e lida a partir de considerações com ambições científicas:

Conceber “necessidades” independentes da produção é harmonizá-las com uma primazia lógica e associar a história das sociedades humanas ao desenvolvimento de “necessidades”, cultura, atitudes mentais, o sujeito humano, ou o que quer que seja: em cada caso, a fatores para os quais a história não contabiliza, a fatos fora da história.²⁴

A história aqui é tratada como narrativa realista, uma *doxa*, que apresenta a criação da vida material como “o desenvolvimento do

²⁰ Ibid, p. 84.

²¹ Ibid, p. 79.

²² Karl Marx, *Grundrisse Harmondsworth*, Penguin Books, 1973, p. 92.

²³ Edmond Precteille e Jean-Pierre Terrail *Capitalism, Consumption and Needs*, Oxford: Basil Blackwell, 1985.

²⁴ Ibid, p. 39.

processo real de produção”.²⁵ Neste argumento, há um claro reconhecimento do sistema de produção como sendo o meio de reprodução social no qual “necessidade”, trabalho, manufatura e consumo estão todos dentro de relações recíprocas de produção *per se*. Além disto, as “necessidades” do sujeito individual são derivadas “da posição que elas ocupam nas relações de produção”.²⁶

O encontro com as “necessidades”, tão funcionalmente racionalizado por Preteceille e Terrail, não é com condições objetivadas, mas com percepções subjetivadas. Mesmo assim, “o sistema”, neste contexto, é visto predominantemente por meio de uma lente econômica que proclama as “necessidades” como “as demandas objetivas do modo de produção com respeito aos seus agentes”, que se tornam ideológicas na medida em que elas são “internalizadas” pelo sujeito²⁷. Estes escritores posteriores a Marx estão de fato promovendo um regresso no esclarecimento dos seus *insights* (i.e. visões), isto especialmente à luz da própria cultura ter se tornado um tipo de *commodity* ao longo do último século e meio.

Para encerrar, as “necessidades” de natureza não humana, o ambiente artificial e seus objetos, é uma forma de focalizar a exploração das “necessidades” do “sistema”. Contudo, o “sistema” aqui denominado não é uma totalidade. Enquanto um sistema, ele é, de fato, restrito – (mesmo em uma economia em particular que fortaleça a produção, a socialização e a criação do não-artificial). O artificial, ao longo da geografia da história da modernidade econômica e cultural, crescentemente media a construção natural, econômica e cultural da “realidade” social. Ele tem se tornado o único filtro por meio do qual a “natureza” é conhecida e transformada em algo palpável. Um conhecimento de “necessidade” deveria ser trazido para a órbita do pensar o artificial, mas no âmbito de uma **economia total** (que é um sistema global e interdependente de trocas de todos os componentes de vida), mas do que de uma economia restrita (como o sistema capitalista de trocas). O que isto significa é um reconhecimento do total, como um sistema metabólico no qual a vida psíquica, social e econômica interage *com* o ecológico, mas não simplesmente *em*, e como elemento *de*, uma estrutura funcionalista definida.

A economia total, pensada como um metabolismo sustentador de vida que combina o natural e o artificial, é, cada vez mais, uma pré-condição de vida. Em outras palavras, a economia total pode ser vista como a junção de economia e ecossistema em um sistema orgânico aberto, por meio do qual todo o excesso retorna, como no que diz respeito aos resíduos orgânicos, para revitalizar e restaurar aquilo que o consumo gasta – o resíduo não é desperdiçado, mas sim, empregado para diminuir a entropia.²⁸

²⁵ Ibid, p. 39.

²⁶ Ibid, p. 40.

²⁷ Ibid, p. 58.

²⁸ A idéia de uma economia total se baseia em, e busca uma, ruptura da re-ocorrência de uma tradição monoísta, tanto no pensamento Ocidental quanto no Oriental.

O Design, dentro do contexto de um senso elevado do artificial, implicaria em um requisito de fazer-se a compreensão do design enquanto um ato de resposta a um contingente de “necessidades” naturais/não-naturais, que se ramificam do artificial. O Design, enquanto ação que transforma o artificial, é sempre gerador de

“necessidade” . Se uma mudança para uma economia total ocorresse, deduz-se que as “necessidades” seriam alteradas. Para que tal economia torne-se real, uma reavaliação rigorosa da “necessidade” será um dos seus pré-requisitos, e para que isto seja possível, a desconstrução das fundações aparentes da “necessidade” deverá se tornar um fator largamente integrado ao pensamento do design.